



**GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS**  
**INSTITUTO ESTADUAL DE FLORESTAS**  
**URFBio Sul - Supervisão**

Decisão IEF/URFBIO SUL - SUPERVISÃO nº. - Indeferimento/2024

Belo Horizonte, 27 de maio de 2024.

**ATO DE INDEFERIMENTO**

**Indexado ao Processo:** 2100.01.0013902/2024-39

**Requerente:** Antônio Carlos de Souza

**CPF/CNPJ:** 353.883.746-53

**Imóvel da intervenção:** Sítio Açude de Pedra

**Município:** Muzambinho/MG

**Objeto:** Corte ou aproveitamento de árvores isoladas nativas vivas

**Bioma:** Mata Atlântica.

O Supervisor da Unidade Regional de Florestas e Biodiversidade Sul do Instituto Estadual de Florestas - IEF, no uso de suas atribuições legais, com base no inciso I do parágrafo único do art. 38 do Decreto nº 47.892, de 23 de março de 2020:

Considerando o pedido de intervenção ambiental, para o corte ou aproveitamento de 12 árvores isoladas nativas vivas, em uma área de 0,8 ha, formalizado sob o procedimento simplificado;

Considerando o Parecer nº 26/IEF/NAR POÇOS DE CALDAS/2024 (Doc. 88719646) verificar que as árvores pretendidas na intervenção requerida ultrapassam o limite máximo de quinze indivíduos por hectare, considerando, cumulativamente, todas as autorizações emitidas para corte ou aproveitamento de árvores isoladas nativas vivas realizadas pelo solicitante no período de três anos anteriores no mesmo imóvel rural, na proporção de 27,27 indivíduos por hectare;

Considerando que o imóvel Sítio Açude de Pedra, Matrícula nº: 23.295, Livro: 02, Folha: 03, da comarca de Muzambinho/MG, teve uma autorização emitida na data de **20/05/2022, portanto a dois anos**, para corte de 13 árvores isoladas nativas, distribuídas em 0,86 ha, no processo 2100.01.0022291/2022-37, conforme DAIA nº2100.01.0022291/2022-37 (46813419).

Considerando que o art. 3º do Decreto Estadual n. 47.749/19 somente possibilita a análise do pedido de intervenção ambiental através do procedimento da autorização simplificada quando não ultrapassem o limite máximo de quinze indivíduos por hectare:

Art. 3º ...

§ 3º – A autorização para corte ou aproveitamento de árvores isoladas nativas vivas poderá ser emitida de forma simplificada, mediante apresentação de requerimento específico disponível no sítio eletrônico do Instituto Estadual de Florestas – IEF –, desde que observadas as seguintes condições:

I – não se tratem de espécies ameaçadas de extinção constantes da Lista Oficial de Espécies da Flora Brasileira Ameaçadas de Extinção ou constantes da lista oficial do Estado de Minas Gerais ou espécies objeto de proteção especial, estabelecida por legislação específica;

II – estejam localizadas fora de APP e Reserva Legal;

III – não ultrapassem o limite máximo de quinze indivíduos por hectare, considerando, cumulativamente, todas as autorizações emitidas para corte ou aproveitamento de árvores isoladas nativas vivas realizadas pelo solicitante no período de três anos anteriores no mesmo imóvel rural.

Considerando, que a “Administração pode declarar extinto o processo quando exaurida sua finalidade ou quando o objeto da decisão se tornar impossível, inútil ou prejudicado por fato superveniente” (Lei n.<sup>o</sup> 14.184, de 31.01.2002).

Determino o **INDEFERIMENTO** do processo de intervenção ambiental pretendida, sob o procedimento da autorização simplificada, devendo o interessado formalizar processo de autorização ambiental convencional, com a apresentação do PUP;

Na formalização do processo de intervenção ambiental convencional, somente poderá ser reaproveitada a reposição florestal, devendo ser quitadas as taxas (expediente e florestal) referentes a análise do processo de intervenção correto.

Oficie-se e arquive-se.



Documento assinado eletronicamente por **Ronaldo Carvalho de Figueiredo, Supervisor(a)**, em 27/05/2024, às 17:22, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [http://sei.mg.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **89193692** e o código CRC **2A739831**.

---

Referência: Processo nº 2100.01.0013902/2024-39

SEI nº 89193692